



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

414. FRANCISCO MANUEL DA SILVA (1795-1865)

Com toda a certeza os prezados leitores já terão associado o título desta nota a algo muito significativo na história da música em nosso país. Trata-se, com efeito, de famoso compositor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, onde sempre viveu e onde desempenhou importantíssimo papel nas atividades musicais de meados do século XIX. Embora lembrado hoje apenas como o autor do Hino Nacional Brasileiro (da música, não da letra), deixou uma obra numerosa e significativa, como o demonstra o catálogo elaborado pela Professora Cleofe Person de Matos. Participante ativo de todas as realizações musicais da capital brasileira de seu tempo, como encontramos registrado devidamente na biografia que lhe dedicou Aires de Andrade. Mas, em que pesem todas as suas outras realizações, será sempre mais lembrado como o compositor de nosso belíssimo hino pátrio.

Aliás, é bom que se recorde que o hino nacional brasileiro já fez correr muita tinta para discutir sua destinação ou verdadeira origem. Sabe-se que foi composto para celebrar a abdicação de D. Pedro I, em 1831, com uma letra, aliás muito medíocre, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Intitulava-se “Hino ao grande e heróico dia 7 de abril de 1831”. Aos poucos, foi se firmando, deixando simplesmente de ser um hino cívico, mas

adquirindo as características de verdadeiro hino nacional. Consolidou-se sem precisar que algum decreto o oficializasse. E não demorou muito. Aires de Andrade relata episódio ocorrido em dezembro de 1837, portanto pouco mais de seis anos de composto o hino, que confirma sua consagração. Para comemorar o natalício do jovem Imperador (ainda menor), foi organizado um suntuoso espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara. O “Jornal do Comércio”, anunciando o evento, informava que assim que o Imperador e suas filhas chegassem, uma grande orquestra executaria o hino nacional, seguindo-se a representação de um drama, etc... Ora, o que o anúncio do jornal chamava de “hino nacional” não era outro senão o que Francisco Manuel compuzera para a abdicação.

Não é o momento de analisar o hino de Francisco Manuel da Silva. Muitos já o fizeram. Livros inteiros já lhe foram consagrados. Sua beleza é indiscutível, embora com o defeito de possuir uma linha melódica difícil, o que, sem dúvida, é uma inconveniência em se tratando de hino cívico. Tanto é verdade, que até um livro (ou até mais de um) já foi publicado apontando os erros mais frequentes cometidos no cântico do hino.

Mas, com todas as suas falhas, ele aí está. A República não teve coragem de substituí-lo, como seria natural que o fizesse. Ao contrário, oficializou-o. A letra, sim, esta logicamente foi alterada, mas (cá entre nós) por uma infeliz e em nada melhor que a anterior.

Francisco Manuel demonstrou em suas composições conhecer muito bem a literatura musical italiana da época do Renascimento, pela quantidade de “temas” que emprega em suas numerosas canções.

Sirva esta pequena nota para recordar o seu nome nesta data que relembra o seu nascimento. (21-2-2004).

415. UMA NOVA VISÃO DA SANTIDADE

Figura expressiva sob todos os aspectos da moderna historiografia mineira encontramos-a em Oilian José. Expressiva sob todos

os aspectos, a começar pela abrangência dos temas abordados em seus numerosos livros. Até há pouco criticavam-se os historiadores mineiros pela limitação de sua temática, o que, aliás, podia ser atribuído também a numerosos outros autores. Já tratamos do assunto há muitos anos num Congresso de História em Niterói, quando abordamos, um tanto corajosamente o que considerávamos uma falha muito grande da historiografia brasileira. Intitulamos nossa palestra: “O caráter monotemático nos estudos históricos”. E exemplificava: difícil imaginar um historiador paulista que não cuidasse do movimento bandeirante, um mineiro que não tratasse da Inconfidência, um gaúcho que não escrevesse sobre a Farroupilha, um pernambucano que não tratasse das lutas contra os holandeses, e por aí afora. Parecia-nos que não havia outros assuntos na evolução de nosso passado. Não significa – é bom que se diga – que esse caráter monotemático representasse um esgotamento desses assuntos. Não. Há, ainda, muita coisa a se escrever sobre a Inconfidência, o Bandeirismo, a Farroupilha, a luta contra os holandeses. Apenas, esses temas não constituem mais a preocupação única dos novos historiadores. Sem desprezá-los, os novos pesquisadores lançaram suas vistas e seus interesses para outros temas dessas histórias locais.

Examinando e procurando conhecer a produção do mineiro Oilian José, natural da atual Visconde do Rio Branco, vimos ter ele encontrado em sua região assuntos para as suas indagações e que abrangem um leque bastante variado e, o que nos parece mais importante, tratado sempre com honestidade, clarividência e sobretudo conhecimento do que deva ser realmente o campo da historiografia.

De maneira surpreendente e sobretudo agradável, o último livro de Oilian José aborda tema deveras original e de alto significado também histórico: a “santidade” (“Heróis e Santos”, Belo Horizonte 2003, ed. do autor). Escolheu para demonstração de seu tema vinte santos, grande parte já do tradicional hagiológico católico, mas, também muitos fora dele.

O que mais nos interessou no tratamento que o autor dá aos “seus” santos é a preocupação de inseri-los nos ambientes em que

viveram a atuaram, salientando também os seus aspectos humanos, enfim tornando-os mais próximos de nós. Enfim, brindando-nos com uma “nova visão da santidade”. De propósito, foi o título que escolhemos para esta nota.

O próprio autor, no prefácio, justifica o título que, de propósito, escolhemos: “O presente trabalho é imagem do que pensamos. E para constituí-lo, escolhemos figuras que, a nosso ver, revelam, com síntese e vigor, os vários aspectos da perfeição humana. Restringimos, assim, ao mínimo nossa nagiografia, procurando ainda salientar em cada santo apenas um ou alguns dos numerosos característicos que distinguem esses amigos de Deus”. (7-2-2004)

416. EVOCANDO UM HISTORIADOR CARIOCA

Assinalando o dia de hoje o falecimento, em 1943, de um dos maiores historiadores cariocas é com real emoção que o evoco neste meu rabisco semanal, pois tive o privilégio de conhecê-lo e com ele participar de diversas reuniões no Instituto Histórico Brasileiro. Trata-se de Max Fleiuss. Filho de Henrique Fleiuss, grande desenhista e caricaturista alemão vindo para o Brasil em 1858 e cujo nome ligou-se à história das artes e da imprensa em geral como fundador do Imperial Instituto Artístico e da revista “Semana Ilustrada”, nasceu Max Fleiuss na cidade do Rio de Janeiro a 2 de outubro de 1868, nela falecendo aos 31 de janeiro de 1943. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro, da qual foi secretário por algum tempo, professor de História em cursos secundários, dedicou-se também ao jornalismo dirigindo “A Semana”, “Século XX” e Renascença”, revista que editou no início do século passado.

Dedicou-se particularmente à História de sua cidade – o antigo Distrito Federal – sobre a qual, além de numerosos trabalhos em jornais e revistas, publicou excelente resumo didático, preparado especialmente para uma coleção planejada pela antiga Companhia Melhoramentos de São Paulo (atualmente Edições Melhoramentos), infelizmente não continuada,

mas que deveria compreender a história de todos os Estados do Brasil. Dessa coleção, poucos volumes apareceram e dentre os melhores, podemos afirmar, sem a menor dúvida, destacou-se o que Max Fleiuss dedicou à sua cidade, então “Distrito Federal”.

Além desse resumo, por assim dizer didático, da antiga Capital Federal, deixou o historiador numerosos trabalhos sobre a sua cidade. Não exgeraríamos se o considerássemos o maior dos historiadores do Rio de Janeiro, tal a soma de sua produção não só em volumes avulsos, como, particularmente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, do qual foi secretário por muitos anos, colaborando assiduamente em sua publicação principal.

Esperamos não cansar o leitor lembrando alguns dos títulos mais significativos de sua enorme produção: “Páginas Brasileiras”, “História da Imprensa no Brasil”, “Organização política do Império”, “História administrativa do Brasil” (obra única no gênero), “A Batalha de Passo do Rosário”, “História da Cidade do Rio de Janeiro”, “Apostilas de sua História do Brasil”, “Cem anos bem vividos” (a propósito do centenário do Instituto Histórico), “O Instituto Histórico através de sua revista”, “D. Pedro II”, “Recordando: casos e perfis”, além de numerosa matéria, sem assinatura, que ilustrava a Revista do Instituto Histórico.

Tivemos o privilégio de conhecê-lo e com ele conviver em freqüentes reuniões do tradicional Instituto Histórico, então localizado no chamado “Silogeu Brasileiro”, tradicional edifício demolido pelas obras de alargamento da Praia do Flamengo. É com emoção, portanto, que o recordamos neste nosso rabisco em dia assinalador de seu falecimento. (31-1-2004).

417. HISTORIADOR DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Capítulo significativo, mas nem sempre bem considerado no panorama historiográfico de qualquer país, é o que se refere às fronteiras terrestres. A não ser naturalmente as ilhas, não há país sem fronteiras. E

quase sempre a crônicas dessas fronteiras é bastante movimentada, não raro com problemas diplomáticos que provocam conflitos e até guerras entre os países interessados. O caso de nosso país é relativamente tranqüilo a este respeito. Os numerosos tratados diplomáticos com os países limítrofes (e são tantos) representam momentos significativos nas respectivas crônicas e propiciaram trabalhos significativos de alguns dos nossos estadistas. É sempre lembrado, a respeito, o caso realmente singular do Barão do Rio Branco com os respectivos “tratados” derivados de sua obra nesse setor. Rio Branco sempre demonstrou nos “tratados” que trazem a sua chancela algo de muito significativo: o quanto o problema das fronteiras (ou simplesmente “divisas” quando entre Estados) depende de um embasamento histórico, que tem levado seus promotores a profundos estudos de nosso passado.

Ocorre-nos hoje, neste nosso “rabisco” semanal, evocar um dos grandes de nossa história diplomática: Joaquim Caetano da Silva. Nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, a 2 de dezembro de 1810, educou-se na França, onde se doutorou em medicina pela Universidade de Montpellier. Em 1838, de regresso ao Brasil, foi nomeado professor do Colégio D. Pedro II, lecionando Português, Retórica e Língua Grega, matérias que nada tinham com o campo em que se diplomara na Europa.

A partir de 1851, como “encarregado dos negócios do Brasil” na Holanda, teve propriamente início sua carreira como diplomata, especialista em questões de fronteiras, para o que muito serviu como embasamento sua cultura histórica. Um de seus biógrafos lembra com muita propriedade que a Geografia não passava entre nós de um vago esboço do que se tornou hoje. E acrescenta afirmando que coube a Joaquim Caetano elevá-la à “dignidade de ciência”. A ele, sem dúvida, ficamos devendo o acrescentamento de milhares de quilômetros quadrados ao nosso território. À sua visão e capacidade diplomática, entre outros problemas, tivemos nosso país acrescentado do atual Estado do Amapá.

Dele escreveu Jaime Cortesão: “Em 1836, Caetano lia, em reunião da Sociedade Geográfica de Paris, os seis primeiros capítulos de “L’Oyapoc et l’Amazonie”, trabalho que só terminaria em 1861. Essa obra, de tamanho interesse para a história da geografia e da cartografia, mereceu

ao autor a amizade de Humboldt e a consideração de todos os estudiosos da história geográfica do Novo Mundo.

Igualmente significativas são as referências do Barão do Rio Branco, lembrando quanto ficou devendo aos estudos e às pesquisas, no Brasil e no Exterior, em torno de problemas tão significativo, mas que raramente aparece nos nossos manuais de História. Joaquim Caetano da Silva faleceu em Niterói no dia 28 de fevereiro de 1873. Pricisamente na data de hoje, razão de sobra para esta modesta evocação. 28-2-2004